

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	MARCELLO CORREIA DE CASTRO	25/03/2026 11:31 (v 0.22)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		1111/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta, transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas a serem utilizadas pelas Zonas Eleitorais do Estado do Rio Grande do Norte na realização das Eleições Gerais de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE	UND
1	1	Distribuição das urnas no 1º turno das eleições 2026 (1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE, 4ª ZE, 5ª ZE, 9ª ZE, 13ª ZE, 20ª ZE, 30ª ZE, 33ª ZE, 34ª ZE, 50ª ZE, 51ª ZE, 58ª ZE e 69ª ZE).	3.529	Unidade
	2	Recolhimento das urnas no 1º turno da eleições 2026 (1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE, 4ª ZE, 33ª ZE, 34ª ZE e 50ª ZE)	1.956	Unidade
	3	Distribuição das urnas no 2º turno, caso se confirme, das eleições 2026 (1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE, 4ª ZE, 5ª ZE, 9ª ZE, 13ª ZE, 20ª ZE, 30ª ZE, 33ª ZE, 34ª ZE, 50ª ZE, 51ª ZE, 58ª ZE e 69ª ZE).	3.529	Unidade

2	4	Recolhimento das urnas no 2º turno, caso se confirme, das eleições 2026 (1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE, 4ª ZE, 33ª ZE, 34ª ZE e 50ª ZE).	1956	Unidade
---	---	--	------	---------

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

1.3. Os quantitativos são os discriminados na tabela acima.

1.4. O prazo de vigência da contratação estende-se da assinatura do contrato até 31/12/2026.

1.5. O fornecimento do objeto deste Termo de Referência é enquadrado como não continuado, por se tratar de prestação de serviço específico no tempo necessário para a sua execução.

1.6. A seleção da proposta mais vantajosa dar-se-á mediante o critério de julgamento por menor preço.

1.7. As urnas eletrônicas são equipamentos eletrônicos, acondicionados em caixas de papelão, com 9,5 a 10 kg de peso e as seguintes medidas: UE 2013 a 2015 - 54 cm x 44 cm x 25 cm; UE 2020 e 2022 - 43 cm x 42 cm x 30 cm.

1.8. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, anexo ao edital ou aviso de dispensa eletrônica.

1.8.1. Após o interregno de um ano e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

1.8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

1.8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A contratação se justifica na necessidade de distribuição das urnas eletrônicas para o pleito deste ano, em face da impossibilidade de o serviço ser realizado pelo TRE/RN com seus próprios recursos humanos e materiais.

2.2. A contratação resulta em segurança para o pleito, pois é a garantia de que a urna eletrônica estará nos locais de votação no dia da eleição e a apuração do resultado não sofrerá atraso por deficiência na logística de recolhimento dos equipamentos.

2.3. A logística para a execução do serviço que se pretende contratar é especialmente complexa, dada a quantidade de urnas a serem transportadas, como também a limitação de cronograma para a finalização das atividades. Cabe destacar que o policiamento militar estará presente nos locais de votação desde a véspera do pleito, garantindo a segurança e a guarda dos equipamentos que serão entregues aos mesários no dia seguinte.

2.4. A formação de lote visa economia processual, maior eficiência na fiscalização e no controle de custos e, sobretudo, obtenção das vantagens operacionais de se contar com a mesma empresa na distribuição e no recolhimento das urnas, assim como na realização do serviço em ambos os turnos da eleição.

2.5. Além disso, do ponto de vista econômico, o agrupamento dos itens favorece a obtenção de preços mais competitivos por meio da economia de escala e simplifica a fiscalização contratual, permitindo um controle mais rigoroso sobre o cronograma logístico, garantindo que a logística complexa de transporte seja executada de forma integrada e segura em todas as zonas eleitorais contempladas.

2.6. Os serviços previstos nos itens 3 e 4 da tabela do subitem 1.1 só serão contratados caso ocorra o 2º turno das eleições gerais em quaisquer das disputas majoritárias.

2.7. O objeto da contratação tem previsão no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme identificação abaixo:

I) Código do PCA: STR.POE_26.03.

II) PCA publicado no Portal da Transparência da Justiça Eleitoral do RN.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1. A solução consiste na contratação de uma empresa especializada em logística para a execução dos serviços de coleta, distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas para as Eleições Gerais de 2026. O objeto é caracterizado como um serviço comum e não continuado, com padrões de qualidade definidos para garantir que os equipamentos estejam nos locais de votação nos prazos estipulados.

3.2. Considerando o ciclo de vida e a especificação do produto, a solução atende ao transporte de equipamentos eletrônicos sensíveis, pesando entre 9,5 kg e 10 kg e acondicionados em caixas de papelão. Os modelos de urnas variam entre as versões de 2013 a 2015 e as versões de 2020 e 2022, exigindo cuidados específicos de manuseio e acondicionamento.

3.3. A logística é estruturada para suportar a complexidade do volume de carga e a rigidez do cronograma, prevendo veículos tipo baú, equipados com compartimento fechado para proteção contra intempéries e garantia da segurança física. Os veículos não devem conter propaganda política e precisam estar em plenas condições de tráfego.

3.4. É importante ressaltar que, embora a contratada seja responsável pela distribuição de 5.415 urnas, nem todos os equipamentos entregues serão recolhidos por ela. O recolhimento de algumas urnas distribuídas pela empresa contratada será executado por meios próprios do Tribunal no dia seguinte à eleição. Dessa forma, o ciclo operacional da empresa pode se encerrar na entrega para determinadas localidades, conforme a estratégia logística de cada zona.

3.5. A execução da solução é monitorada por uma equipe de fiscalização que avalia o desempenho da contratada com base em indicadores de pontualidade e integridade da carga. A empresa deve manter um preposto formalmente designado para acompanhar a execução e dirimir dúvidas.

3.6. O ciclo se encerra com o recebimento definitivo dos serviços após a verificação da qualidade e quantidade das entregas e recolhimentos efetivamente realizados em conformidade com as rotas planejadas. A solução proposta visa suprir a impossibilidade de o órgão realizar o serviço com seus próprios recursos humanos e materiais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. As obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

Preposto

4.2. A empresa Contratada deverá obrigatoriamente indicar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução do contrato. A indicação do preposto deve ser oficializada pela empresa contratada pelo seu representante legal, podendo ser feita por e-mail. Nesse documento, deverão ser informados seus contatos, tais como telefone, endereço eletrônico, endereço comercial e número de telefone utilizado em aplicativo de mensagens instantâneas.

4.2.1. Os eventuais deslocamentos do preposto para vistorias e distribuição de material ou outras ações correlatas correrão por conta exclusiva da empresa contratada.

4.3. Os serviços serão contratados com base na Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MP e seus anexos, estabelecendo-se estimativa do custo a ser elaborada pela unidade competente do Contratante, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada serviço e das condições locais do objeto da contratação.

Subcontratação

4.4. É permitida a subcontratação em parte do objeto do contrato, nas seguintes condições:

4.4.1. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da

subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4.3. É vedada a subcontratação total dos serviços.

4.5. A Administração contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.6. A prestadora dos serviços deve possuir ou contratar veículos de grande e médio porte equipados com compartimento de carga fechado (baú), em bom estado de conservação e em quantidade suficiente para o serviço, além de disponibilizar condutores habilitados e capacitados para o transporte das UEs, e equipe de carregadores para movimentação e acomodação da carga, todos devidamente identificados com crachá.

4.7. A Contratada deverá utilizar veículos com os seguintes requisitos: identificação da empresa; limpos e em perfeito estado de conservação; em plenas condições de tráfego, conforme disposto na legislação de trânsito em vigor, inclusive quanto ao pagamento de impostos, seguro obrigatório e demais taxas, podendo essas comprovações ser requeridas a qualquer tempo pelo Contratante; que possua compartimento de carga fechado de forma a garantir a segurança das urnas e a proteção contra intempéries; não contenham, na parte interna ou externa, qualquer propaganda alusiva a candidatos, partidos políticos ou que possuam conteúdo impróprio, ofensivo, discriminatório ou inadequado ao serviço público e ao processo eleitoral.

4.8. A prestadora dos serviços deverá, ainda, dispor de veículos de reserva adequados para o transporte das UEs, a fim de prevenir ocorrências que comprometam a continuidade do serviço pelo veículo principal.

4.9. A contratação não é continuada e a prestação dos serviços se encerra quando do recolhimento de todas as urnas após a votação do segundo turno, se houver.

Sustentabilidade

4.10. A Contratada deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade contidos na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber, assim como as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com a legislação vigente.

Garantia da contratação

4.11. A Contratada prestará garantia nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021.

Vistoria

4.12. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante poderá vistoriar o local de coleta das urnas acompanhado de um servidor. A visita visa verificar a compatibilidade dos veículos com o espaço, garantindo que suas dimensões e capacidade de manobra permitam a execução do serviço

4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.14. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local da coleta das urnas eletrônicas, devendo a licitante vencedora assumir o ônus dos serviços decorrentes.

4.16. A Contratada deverá comprovar a sua inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos da Lei n.º 11.442, de 05/01/2007.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. Efetivada a contratação, mediante assinatura do contrato, a emissão do Empenho Estimativo ficará condicionada à liberação do Orçamento.

5.2. Os serviços serão executados conforme especificado a seguir:

5.2.1. O serviço será dividido em 4 (quatro) itens, que formarão dois lotes:

Item 01 - Coleta e distribuição das Urnas (1º Turno).

Item 02 - Coleta e recolhimento das Urnas (1º Turno).

Item 03 - Coleta e distribuição das Urnas (2º Turno, se houver).

Item 04 - Coleta e recolhimento das Urnas (2º Turno, se houver).

5.2.2. A DISTRIBUIÇÃO de urnas para os locais de votação, na véspera do pleito (1º turno), ocorrerá conforme o planejamento a seguir:

5.2.3. Do Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE (Rua da Torre, s/nº - Tirol) para os locais de votação das seguintes Zonas Eleitorais: 1ª ZE/Natal, 2ª ZE/Natal, 3ª ZE/Natal, 4ª ZE/Natal, 5ª ZE/Macaíba, 50ª ZE/Parnamirim, 51ª ZE/São Gonçalo do Amarante e 69ª ZE/Natal, conforme as rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.2.4. A Contratada realizará o embarque das urnas das Zonas Eleitorais discriminadas no subitem anterior no dia 02/10/2026 (sexta-feira), a partir de 7h da manhã, e os veículos serão fechados e guardados nas dependências do Contratante (COJE - Centro de Operações da Justiça Eleitoral: Rua da Torre, s/nº, Tirol, Natal-RN).

5.2.5. Da sede das seguintes Zonas Eleitorais para os respectivos locais de votação: 9ª ZE/Goianinha, 13ª ZE/Santo Antônio, 20ª ZE/Currais Novos, 30ª ZE/Macau, 33ª ZE/Mossoró, 34ª ZE/Mossoró e 58ª ZE/Mossoró (Baraúna/RN), conforme as rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.2.6. A Contratada realizará o embarque das urnas das Zonas Eleitorais discriminadas no subitem anterior no dia 3/10/2026 (sábado), a partir de 6h da manhã, nos respectivos locais de armazenamento das urnas, e os veículos seguirão para o cumprimento das rotas estabelecidas no Anexo Único deste Termo de Referência.

5.2.7. A distribuição das urnas (1º turno) deverá estar concluída até às 15h do dia 3/10/2026 (sábado), para as urnas eletrônicas de Natal, Parnamirim, Bom Jesus, Macaíba, Senador Elói de Souza e São Gonçalo do Amarante, e até às 18h do mesmo dia para as urnas dos demais municípios das Zonas Eleitorais do interior do Estado contempladas com o serviço (9ª ZE/Goianinha, 13ª ZE/Santo Antônio, 20ª ZE/Currais Novos, 30ª ZE/Macau, 33ª e 34ª ZE/Mossoró e 58ª ZE/Baraúna).

5.2.8. As rotas de distribuição das urnas eletrônicas e os endereços dos locais de votação de Natal e do interior do Estado constam do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.2.9. As quantidades de urnas eletrônicas das Zonas Eleitorais contempladas com os serviços contratados, os endereços dos locais de armazenamento e as cidades para onde os equipamentos serão distribuídos são os seguintes:

5.2.10. Zonas Eleitorais: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 50ª, 51ª e 69ª ZEs.

Quantidade de Urnas: 2.358.

Cidade onde estarão armazenadas: Natal/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE: Rua da Torre, s/nº, Tirol - Natal-RN.

Cidades para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
1ª	Natal	283	2013 e 2015
2ª	Natal	331	2013 e 2015
3ª	Natal	309	2013 e 2015
4ª	Natal	250	2013 e 2015
69ª	Natal	299	2013 e 2015
Subtotal Natal		1.472	2013 e 2015
5ª	Macaíba	173	2020 e 2022
5ª	Bom Jesus	31	2020 e 2022
5ª	Senador Elói de Souza	17	2020 e 2022
50ª	Parnamirim	422	2020 e 2022
51ª	São Gonçalo do Amarante	243	2020 e 2022

5.2.11. Zona Eleitoral: 9ª ZE.

Quantidade de Urnas: 126.

Cidade onde estarão armazenadas: Goianinha/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Vigário Antônio Montenegro, 353 - Centro – Goianinha/RN.

Cidade onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
9ª	Espírito Santo	26	2020 e 2022
9ª	Goianinha	70	2020 e 2022
9ª	Tibau do Sul	30	2020 e 2022

5.2.12. Zona Eleitoral: 13ª ZE.

Quantidade de Urnas: 121.

Cidade onde estarão armazenadas: Santo Antônio/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Professor Edmilson Severiano de Melo, 95, Centro, Santo Antônio/RN.

Cidade onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
13ª	Passagem	17	2020 e 2022
13ª	Santo Antônio	52	2020 e 2022
13ª	Serrinha	26	2020 e 2022
13ª	Várzea	26	2020 e 2022

5.2.13. Zona Eleitoral: 20ª ZE.

Quantidade de Urnas: 195.

Cidade onde estarão armazenadas: Currais Novos/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Manoel Lopes Filho, 922, Walfredo Galvão.

Cidade onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
----------------	-----------	---------------	----------------

20ª	Cerro-Corá	30	2020 e 2022
20ª	Currais Novos	109	2020 e 2022
20ª	Lagoa Nova	45	2020 e 2022
20ª	Bodó	11	2020 e 2022

5.2.14. Zona Eleitoral: 30ª ZE.

Quantidade de Urnas: 124.

Cidade onde estarão armazenadas: Macau/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Pereira Carneiro, 120-A, Centro.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
30ª	Guamaré	45	2020 e 2022
30ª	Macau	79	2020 e 2022

5.2.15. Zona Eleitoral: 33ª ZE

Quantidade de Urnas: 300.

Cidade onde estarão armazenadas: Mossoró/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Fórum Eleitoral – Av. Abel Coelho, 1181, Bairro Abolição II.

Cidade para onde serão distribuídas: Mossoró.

Modelo das UEs: 2020 e 2022.

5.2.16. Zona Eleitoral: 34ª ZE.

Quantidade de Urnas: 240.

Cidade onde estarão armazenadas: Mossoró/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Fórum Eleitoral – Av. Abel Coelho, 1181, Bairro Abolição II.

Cidade para onde serão distribuídas: Mossoró.

Modelo das UEs: 2020 e 2022.

5.2.17. Zona Eleitoral: 58ª ZE.

Quantidade de Urnas: 65.

Cidade onde estarão armazenadas: Mossoró/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Fórum Eleitoral – Av. Abel Coelho, 1181, Bairro Abolição II.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
58ª	Baraúna	65	2020 e 2022

5.3. O RECOLHIMENTO de urnas dos locais de votação para o COJE ou para a Sede das Zonas Eleitorais no dia do pleito (1º turno) ocorrerá conforme a logística a seguir:

5.3.1. Dos locais de votação da 1ª Zona Eleitoral de Natal localizados nos bairros de Mãe Luíza, Petrópolis, Ribeira, Rocas e Santos Reis para o COJE, conforme rota constante do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.3.2. Dos Pontos de Apoio da 2ª e 4ª Zonas Eleitorais de Natal para o COJE conforme rota constante do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.3.3. Dos locais de votação da 3ª Zona Eleitoral de Natal para o COJE, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.3.4. Dos locais de votação da 50ª Zona Eleitoral - Parnamirim para a Associação dos Moradores do Bairro Cohabinal, situada na Rua Edson Luís Rodrigues Siqueira, s/nº - Cohabinal – Parnamirim/RN, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.3.5. Dos locais de votação da 33ª e 34ª Zonas Eleitorais de Mossoró para as sedes dos respectivos cartórios, conforme rotas constantes deste Termo de Referência.

5.3.6. Todas as urnas da 1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE e 4ª ZE de Natal recolhidas pela Contratada nos locais de votação e nos Pontos de Apoio serão entregues no Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE, localizado na Rua da Torre, s/nº, Tirol, Natal/RN. As urnas da 69ª ZE de Natal serão recolhidas pela SETRAN/COPAT/SAOF nos Centros de Recolhimento no dia seguinte ao da eleição.

5.3.7. O recolhimento das urnas (1º turno) terá início às 18h do dia 04/10/2026 (domingo), devendo ser concluído até às 22h00min do mesmo dia.

5.3.8. As rotas de recolhimento das urnas eletrônicas e os endereços dos locais de votação e dos Pontos de Apoio constam do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.4. A DISTRIBUIÇÃO de urnas para os locais de votação, na véspera do pleito (2º turno, se houver), ocorrerá conforme a logística a seguir:

5.4.1. Do Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE (Rua da Torre, s/nº - Tirol) para os locais de votação das seguintes Zonas Eleitorais: 1ª ZE/Natal, 2ª ZE/Natal, 3ª ZE/Natal, 4ª ZE/Natal, 5ª ZE/Macaíba, 50ª ZE/Parnamirim, 51ª ZE/São Gonçalo do Amarante e 69ª ZE/Natal, conforme as rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.4.2. A Contratada realizará o embarque das urnas das Zonas Eleitorais discriminadas no subitem anterior no dia 23/10/2026 (sexta-feira), a partir de 7h da manhã, e os veículos serão fechados e guardados nas dependências do Contratante (COJE - Centro de Operações da Justiça Eleitoral - Rua da Torre, s/n, Tirol, Natal-RN).

5.5. Da sede das seguintes Zonas Eleitorais para os respectivos locais de votação: 9ª ZE/Goianinha, 13ª ZE/Santo Antônio, 20ª ZE/Currais Novos, 30ª ZE/Macau, 33ª ZE/Mossoró, 34ª ZE/Mossoró, e 58ª ZE/Mossoró (Baraúna/RN), conforme as rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.5.1. A Contratada realizará o embarque das urnas das Zonas Eleitorais discriminadas no subitem anterior no dia 24/10/2026 (sábado), a partir de 6h da manhã, e os veículos seguirão para o cumprimento das rotas estabelecidas no Anexo Único deste Termo de Referência.

5.5.2. A distribuição das urnas (2º turno, se houver) deverá estar concluída até às 15h do dia 24/10/2026 (sábado), para as urnas eletrônicas de Natal, Parnamirim, Bom Jesus, Macaíba, Senador Elói de Souza e São Gonçalo do Amarante, e até às 18h do mesmo dia para as urnas das Zonas Eleitorais do interior do Estado contempladas com o serviço (9ª ZE/Goianinha, 13ª ZE/Santo Antônio, 20ª ZE/Currais Novos, 30ª ZE/Macau, 33ª e 34ª ZE/Mossoró e 58ª ZE/Baraúna).

5.5.3. As rotas de distribuição das urnas eletrônicas e os endereços dos locais de votação de Natal e do interior do Estado constam do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.5.4. As quantidades de urnas eletrônicas das Zonas Eleitorais contempladas com os serviços contratados, os endereços dos locais de armazenamento e as cidades para onde os equipamentos serão distribuídos se houver 2º turno são os seguintes:

5.5.5. Zonas Eleitorais: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 50ª, 51ª e 69ª ZEs.

Quantidade de Urnas: 2.286.

Cidade onde estarão armazenadas: Natal/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE: Rua da Torre, s/n, Tirol.

Cidades para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
1ª	Natal	283	2013 e 2015
2ª	Natal	331	2013 e 2015
3ª	Natal	309	2013 e 2015
4ª	Natal	250	2013 e 2015
69ª	Natal	299	2013 e 2015
Subtotal Natal		1.472	2013 e 2015

5ª	Bom Jesus	31	2020 e 2022
5ª	Macaíba	173	2020 e 2022
5ª	Senador Elói de Souza	17	2020 e 2022
50ª	Parnamirim	422	2020 e 2022
51ª	São Gonçalo do Amarante	243	2020 e 2022

5.5.6. Zona Eleitoral: 9ª ZE.

Quantidade de Urnas: 126.

Cidade onde estarão armazenadas: Goianinha/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Vigário Antônio Montenegro, 353 – Centro.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
9ª	Espírito Santo	26	2020 e 2022
9ª	Goianinha	70	2020 e 2022
9ª	Tibau do Sul	30	2020 e 2022

5.5.7. Zona Eleitoral: 13ª ZE.

Quantidade de Urnas: 121.

Cidade onde estarão armazenadas: Santo Antônio/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Professor Edmilson Severiano de Melo, 95, Centro.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
13ª	Passagem	17	2020 e 2022
13ª	Santo Antônio	52	2020 e 2022

13ª	Serrinha	26	2020 e 2022
13ª	Várzea	26	2020 e 2022

5.5.8. Zona Eleitoral: 20ª ZE.

Quantidade de Urnas: 195.

Cidade onde estarão armazenadas: Currais Novos/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Manoel Lopes Filho, 922, Walfredo Galvão.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
20ª	Cerro-Corá	30	2020 e 2022
20ª	Currais Novos	109	2020 e 2022
20ª	Lagoa Nova	45	2020 e 2022
20ª	Bodó	11	2020 e 2022

5.5.9. Zona Eleitoral: 30ª ZE.

Quantidade de Urnas: 124.

Cidade onde estarão armazenadas: Macau/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Rua Pereira Carneiro, 120-A, Centro.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
30ª	Guamaré	45	2020 e 2022
30ª	Macau	79	2020 e 2022

5.5.10. Zona Eleitoral: 33ª ZE.

Quantidade de Urnas: 300.

Cidade onde estarão armazenadas: Mossoró/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Fórum Eleitoral – Av. Abel Coelho, 1181, Bairro Abolição II.

Cidade para onde serão distribuídas: Mossoró.

Modelo das UEs: 2020 e 2022.

5.5.11. Zona Eleitoral: 34ª ZE.

Quantidade de Urnas: 240.

Cidade onde estarão armazenadas: Mossoró/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Fórum Eleitoral – Av. Abel Coelho, 1181, Bairro Abolição II Mossoró/RN.

Cidade para onde serão distribuídas: Mossoró.

Modelo das UEs: 2020 e 2022.

5.5.12. Zona Eleitoral: 58ª ZE/Baraúna.

Quantidade de Urnas: 65.

Cidade onde estarão armazenadas: Mossoró/RN.

Endereço onde estarão armazenadas: Fórum Eleitoral – Av. Abel Coelho, 1181, Bairro Abolição II.

Cidade para onde serão distribuídas:

Zona Eleitoral	Município	Qtde de urnas	Modelo das UEs
58ª	Baraúna	65	2020 e 2022

5.6. O RECOLHIMENTO de urnas dos locais de votação para o COJE ou para a Sede das Zonas Eleitorais no dia do pleito (2º turno, se houver) ocorrerá conforme a logística a seguir:

5.7. Dos locais de votação da 1ª Zona Eleitoral de Natal localizados nos bairros de Mãe Luíza, Petrópolis, Ribeira, Rocas e Santos Reis para o COJE, conforme rota constante do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.8. Dos Pontos de Apoio da 2ª e 4ª Zonas Eleitorais de Natal para o COJE, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.9. Dos locais de votação da 3ª Zona Eleitoral de Natal para o COJE, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.10. Dos locais de votação de Parnamirim para a Associação dos Moradores do Bairro Cohabinal, situada na Rua Edson Luís Rodrigues Siqueira, s/nº - Cohabinal – Parnamirim/RN, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.11. Dos locais de votação da 33ª e 34ª Zonas Eleitorais de Mossoró para as sedes dos respectivos cartórios, conforme rotas constantes deste Termo de Referência.

5.12. Todas as urnas da 1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE e 4ª ZE de Natal recolhidas pela Contratada nos locais de votação e nos Pontos de Apoio serão entregues no Centro de Operações da Justiça Eleitoral - COJE, localizado na Rua da Torre, s/nº, Tirol, Natal/RN. As urnas da 69ª ZE de Natal serão recolhidas pela SETRAN/COPAT/SAOF no dia seguinte ao da eleição.

5.13. O recolhimento das urnas (2º turno, se houver) terá início às 18h do dia 25/10/2026 (domingo), devendo ser concluído até às 22h00min do mesmo dia. Essas urnas recolhidas nos locais de votação deverão ser entregues nos seguintes locais:

5.13.1. Dos locais de votação da 1ª Zona Eleitoral de Natal localizados nos bairros de Mãe Luíza, Petrópolis, Ribeira, Rocas e Santos Reis para o COJE, conforme rota constante do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.13.2. Dos Pontos de Apoio da 2ª e 4ª Zonas Eleitorais de Natal para o COJE conforme rota constante do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.13.3. Dos locais de votação da 3ª Zona Eleitoral de Natal para o COJE, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.13.4. Dos locais de votação da 50ª Zona Eleitoral - Parnamirim para a Associação dos Moradores do Bairro Cohabinal, situada na Rua Edson Luís Rodrigues Siqueira, s/nº - Cohabinal – Parnamirim/RN, conforme rotas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.13.5. Dos locais de votação da 33ª e 34ª Zonas Eleitorais de Mossoró para as sedes dos respectivos cartórios, conforme rotas constantes deste Termo de Referência.

5.14. As rotas de recolhimento das urnas eletrônicas e os endereços dos locais de votação e dos Pontos de Apoio constam do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.15. A Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, por força da Portaria nº 11/2021-GP, designará servidor que ficará responsável pela fiscalização desta contratação.

5.16. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.16.1. Assiduidade e pontualidade por parte dos funcionários da Contratada.

5.16.2. Urbanidade e presteza por parte dos funcionários da Contratada.

5.16.3. Reposição de pessoal na eventual falta ou ausência do empregado designado para a prestação do serviço.

5.16.4. Reposição do veículo por eventual problema mecânico ou qualquer outro incidente.

5.16.5. Agilidade no atendimento dos pedidos da equipe de fiscalização contratual quanto a eventuais ajustes requeridos, conforme a necessidade do serviço.

5.16.6. Pronto atendimento das demandas que o TRE/RN apresentar no transcurso dos serviços.

5.17. Com o objetivo de viabilizar a operacionalização do pregão eletrônico ou da contratação direta, serão adotados códigos CATMAT ou CATSER de itens similares no sistema Comprasnet. Fica estabelecido que, devido ao caráter genérico dessas codificações, suas descrições automáticas não substituem as exigências detalhadas neste Termo de Referência, devendo as especificações deste instrumento e de seus anexos prevalecerem e serem adotadas na íntegra pela contratada.

5.18. A Contratada observará o itinerário das rotas de distribuição e recolhimento das UEs definidas pelas Zonas Eleitorais e fornecidas pelo Contratante, conforme tabelas constantes do Anexo Único deste Termo de Referência.

5.19. A Contratada deverá disponibilizar telefones dos representantes e dos motoristas.

5.20. Cada veículo envolvido nas rotas de distribuição e recolhimento deverá dispor de pelo menos 01 (um) carregador, a ser fornecido pela Contratada.

5.21. As quantidades de urnas eletrônicas e de material de votação indicados neste Termo de Referência e seu anexo são estimativas baseadas no histórico de pleitos anteriores e no atual zoneamento eleitoral, podendo sofrer variações para mais ou para menos até a data da logística de distribuição.

5.22. A Contratada declara ciência de que o número definitivo de equipamentos a serem transportados está sujeito a alterações em decorrência de procedimentos inerentes ao processo eleitoral: agregação de Seções Eleitorais, desmembramento de Seções e criação de Seções Especiais.

5.23. Eventual oscilação nos quantitativos dentro dos limites de acréscimos e supressões permitidos pela Lei nº 14.133/2021 não ensejarão a revisão dos preços unitários pactuados, devendo a Contratada assegurar a capacidade operacional para atender às demandas ajustadas pela Justiça Eleitoral.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com este Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A comunicação entre o Contratante e a Contratada será exercida através de e-mail oficial, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, reuniões presenciais ou realizadas por videoconferência (firmadas as devidas atas) para definição do cronograma de atividades e o acompanhamento da efetiva execução dos serviços.

6.3. Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, em conformidade com o subitem 4.2. deste Termo de Referência.

6.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 27/10/2022, art. 22, VI).

6.9. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º e Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II).

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, III).

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV).

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, V).

6.13. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.22. A forma de aferição/medição para efeito de pagamento será a execução completa dos serviços no 1º turno e a execução completa dos serviços no 2º turno, se houver.

6.22.1. Caso o serviço não tenha sido executado plenamente, será pago o efetivamente executado além de aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme o caso.

7. INFORMAÇÕES RELEVANTES.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA.

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante deverá observar as regras constantes deste Termo de Referência.

7.2. Após a prestação do serviço referente ao 1º Turno das Eleições 2026, a empresa contratada encaminhará ao TRE/RN nota fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados, que será atestada pelo Fiscal do Contrato a ser designado e encaminhada à SEGEC/COLIC/SAOF para a liquidação da despesa. O mesmo procedimento será adotado caso haja 2º turno.

7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.4. Todos os impostos, taxas, contribuições e outros porventura incidentes sobre o serviço contratado estarão inclusos no valor da proposta.

7.5. A proposta comercial deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias corridos.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, este Termo de Referência e seus anexos.

8.2. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

8.4. O representante do Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.5. Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.

8.6. Notificar a Contratada, por e-mail ou outro meio desde que por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços executados, para que sejam por ela sanados ou substituídos, no total ou em parte, às suas expensas.

8.7. Comunicar à Contratada para emissão da Nota Fiscal/Fatura no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.10. Cientificar as instâncias jurídicas do TRE/RN para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações da Contratada.

8.11. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

8.12. Explicitamente emitir decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos serviços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.12.1. A Administração contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da contratação.

8.14. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento provisório e definitivo, contratos, aditamentos e relatórios de inspeção técnica após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.15. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.16. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.16.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.

8.16.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada.

8.16.3. Promover ou aceitar o desvio de função dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

8.16.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do Contratante, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.17. Disponibilizar as urnas eletrônicas devidamente identificadas, acondicionadas em caixas apropriadas e com a informação do local de votação.

8.18. Informar à Contratada as medidas das caixas dos modelos de urna eletrônica que serão utilizadas pelas Zonas Eleitorais, para melhor definição da logística de entrega dos equipamentos nos locais de votação.

8.19. Colocar em cada local de votação um agente de segurança pública para o recebimento e guarda das urnas na véspera do pleito.

8.20. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.21. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

8.22. Fiscalizar os serviços contratados conforme este Termo de Referência.

8.23. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada.

8.24. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial nos casos de aplicação de sanções, alterações e revisão do contrato.

8.25. Fornecer os recibos de entrega de urnas eletrônicas que serão conduzidos em cada rota, em que constarão a quantidade de urnas entregues em cada local de votação. Os recibos serão emitidos por cada Zona Eleitoral.

8.26. Providenciar para que existam servidores das Zonas Eleitorais acompanhando o embarque e desembarque das urnas nos locais de armazenamento.

8.27. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.28. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por meio de servidor ou equipe de fiscalização especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhar os apontamentos ao setor competente para as providências cabíveis.

8.29. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.30. Cientificar a Assessoria Jurídica da própria Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

9.1. Observar as normas legais e regulamentares relativas à prestação do serviço de transporte rodoviário de cargas, em especial a Lei nº 11.442, de 05/01/2007 (que dispõe sobre a operação do transporte de carga por conta de terceiros e mediante remuneração) e as resoluções vigentes da ANTT, zelando pela manutenção do RNTTC (Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas) ativo e regular."

9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e do contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços, observando, ainda, as obrigações constantes deste tópico.

9.3. Fornecer à Contratante os números dos telefones e endereços eletrônicos para plantão imediatamente após a assinatura do contrato.

9.4. A Contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e declaração de optante pelo Simples (se for o caso).

9.5. Caso a Contratada seja pessoa jurídica optante do Simples Nacional, deverá encaminhar ao TRE /RN a declaração de optante, para fins de ausência de retenção tributária na fonte, de acordo com o modelo constante do anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

9.6. Manter preposto aceito pelo Contratante para representá-la na execução do contrato.

9.7. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificadas, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.8. Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou equipe de fiscalização do contrato ou autoridade superior do Contratante.

9.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.11. A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou procedimento de contratação direta.

9.12. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da contratação, devendo orientar os seus empregados nesse sentido.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.16. Responder, em prazo não superior a 24 horas, os questionamentos realizados por e-mail ou aplicativo de mensagens instantâneas para esclarecer dúvidas suscitadas pelo Contratante.

9.17. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização dos serviços no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.19. Comunicar ao fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução e no local dos serviços.

9.20. Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.21. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços e os veículos utilizados nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência, da proposta comercial ou instrumento congênere.

9.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.26. Não transferir a outrem, no todo, a execução do contrato.

9.27. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

- 9.28. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao Contratante, a terceiros ou ao Patrimônio Público, por seus empregados ou prepostos, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.
- 9.29. A Contratada deverá cumprir as práticas de sustentabilidade ambiental previstas no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber.
- 9.30. A Contratada deverá utilizar veículos com os requisitos mínimos indicados no subitem 4.7.
- 9.31. A Contratada deverá informar ao Contratante em planilha, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da realização do pleito, a relação dos veículos que serão utilizados nos serviços de distribuição e recolhimento das urnas, com discriminação do modelo, ano de fabricação e placa, bem como o nome completo dos motoristas e dos auxiliares e os números de seus telefones.
- 9.32. Apresentar os motoristas, auxiliares e prepostos identificados por crachá, adequadamente vestidos (calça e blusa ou camisa), preferencialmente utilizando uniformes da empresa, com calçados e equipamentos de proteção individual adequados ao serviço. Deve ser observada a vedação de utilizar vestimentas que identifiquem candidato ou partido político e que sejam contrárias ao decoro.
- 9.33. Cumprir os horários estabelecidos neste Termo de Referência. Na ocorrência de qualquer acidente, defeito em veículos ou desfalque na equipe, a empresa deverá promover a substituição no menor tempo possível.
- 9.34. Entregar as urnas nos locais de votação, mediante recibo. Em caso de ausência de recebedor, entrar em contato imediatamente com a SETRAN/COPAT/SAOF, através dos números de telefone (84) 3654-5292, (84) 99971-5347 e (84) 99988-1356.
- 9.35. Arcar com todas as despesas decorrentes do abastecimento e manutenção dos veículos, bem como as eventuais com guinchos e similares.
- 9.36. Arcar com as despesas decorrentes de infrações/multas, taxas, emolumentos, impostos e outras advindas da utilização ou do registro dos veículos.
- 9.37. Realizar a distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas dentro dos prazos estabelecidos neste termo de referência.
- 9.38. Ter capacidade de informar em tempo real, caso seja solicitado, a localização dos veículos responsáveis pelo transporte de cada urna e o nome da pessoa que a recebeu nos locais de armazenamento e de votação e nos Pontos de Apoio.
- 9.39. Obedecer, conduzir e preencher, de forma apropriada, os recibos de entrega e recolhimento de urnas, os quais serão fornecidos pelo Contratante.
- 9.40. Observar rigorosamente o correto acondicionamento e manuseio da urna eletrônica, devendo ser transportadas manualmente 1 (uma) por vez e utilizando as duas abas da caixa de papelão; e até 5 (cinco) urnas por vez com a utilização do carrinho de transporte, respeitando a indicação existente na caixa da urna quanto ao lado correto para o transporte. Toda a carga deverá estar acomodada e amarrada de forma que as acelerações, freadas e curvas acentuadas do veículo não a faça tombar dentro do compartimento do veículo.
- 9.41. Entregar os recibos e documentações das urnas aos chefes das Zonas Eleitorais ou aos servidores por eles designados.

9.42. Indicar Preposto responsável pelo acompanhamento dos serviços com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para qualquer problema envolvendo os veículos, os motoristas e auxiliares, o qual ficará de plantão nos dias e horários previstos para a realização dos serviços.

9.43. Assegurar que no período da prestação dos serviços, os veículos somente sejam utilizados para atendimento do objeto deste Termo de Referência.

9.44. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transportes, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados e/ou prepostos.

9.45. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados e veículos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade, quantidade e tecnologia mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.46. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.

9.47. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias profissionais dos empregados, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.48. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, se houver.

Obrigações pertinentes à LGPD.

9.49. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14/08/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.50. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificarem seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.51. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

9.52. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 dessa lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.53. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.54. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento das disposições exigidas na LGPD, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.54.1. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.55. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro de finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.55.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

9.56. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.57. Os contratos e convênios de que trata o parágrafo 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9.58. A Contratada deverá observar, no que couber, as diretrizes, normas e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 110/2023 - TRE/RN, que trata da Política de Segurança da Informação (PSI), disponível no link abaixo:

<https://www.tre-rn.jus.br/legislacao/legislacaocompilada/resolucoes-do-tre/resolucoes-por-ano/2023/tre-rnresolucao-n-o-110-de-10-de-agosto-de-2023>

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

Recebimento do Objeto

10.1. Os serviços serão recebidos provisória e individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado elaborado com base em suas respectivas atribuições, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246/2022).

10.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.3.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.3.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

10.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

10.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, este quando houver, do cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando por escrito à Contratada as respectivas correções.

10.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e na documentação apresentada;

10.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.5.5. Enviar a documentação pertinente à Seção de Gestão de Contratos, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.7. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

10.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 06 (seis) dias úteis para a liquidação, na forma deste tópico, prorrogáveis, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.9.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Para a liquidação, o Contratante deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. O prazo de validade;
- b. A data de emissão;
- c. Os dados do contrato e do Contratante;
- d. O período respectivo de execução do contrato ou instrumento equivalente;
- e. O valor a pagar; e
- f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

10.12. A nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.12.1. A Contratada também deverá estar regular perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União.

10.13. A Administração Contratante deverá realizar consulta ao SICAF para: a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou contratação direta, no âmbito do Contratante, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

10.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

10.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.18.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES nº 77, de 4/11/2022.

10.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$, sendo: $I = [(6 / 100)] / 365$ com $I = 0,00016438$ e $TX = 6\%$ (percentual da taxa anual).

Forma de pagamento

10.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada.

10.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.23. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário previsto na referida lei complementar.

Cessão de crédito

10.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SG/SEGES/MGI nº 82/2025, por meio do Portal AntecipaGov.

10.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

10.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração da cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer nº 31/2019/DECOR/CGU/AGU.

10.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração contratante.

10.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado pela adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

11.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.5. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 11.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18/03/2020.
- 11.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 11.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971.
- 11.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 02/12/2021.
- 11.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13/11/2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 11.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista
- 11.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 11.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 11.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943.
- 11.18. Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- 11.19. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.19.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

11.19.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.19.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

11.19.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

11.19.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

11.19.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.19.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Habilitação econômico-financeira.

11.20. A licitante deverá apresentar certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

11.21. A licitante deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.22. A licitante deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.22.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

11.22.3. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

11.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.23. Caso solicitado, o atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela licitante.

Qualificação técnica

11.24. A licitante deverá comprovar a sua inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos da Lei n.º 11.442, de 05/01/2007.

11.25. Somente poderá ser habilitada no processo licitatório, objeto deste Termo de Referência, empresa do ramo com experiência na prestação dos serviços descritos nesta peça, sendo-lhe exigida a apresentação da seguinte documentação:

11.25.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove de maneira satisfatória aptidão para fornecimento dos serviços relativos ao objeto da presente licitação, com indicação de características, quantidades e prazo, que comprovem que a empresa executou, ou está executando, em um ou mais contratos, prestação de serviços de natureza similar.

11.25.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN 5, de 2017 – SEGES/MPDG.

11.25.3. Caso solicitado, a licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

11.25.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

12.1. O custo estimado total da contratação encontra-se anexo ao edital do certame licitatório ou aviso de contratação direta.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Licitante/Contratada /Participante que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado(a) dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013.

13.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11 e 13.1.12, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior deste Termo de Referência.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração contratante, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.4.2. 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.2.4.3. 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.2.4.4. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 5% (cinco por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.4.5. 0,5% a 4,0% sobre o valor contratado, conforme detalhamento constante das tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor da contratação
2	1,0% sobre o valor da contratação
3	2,0% sobre o valor da contratação
4	3,0% sobre o valor da contratação
5	4,0% sobre o valor da contratação

Tabela 1: grau da infração e percentual a ser aplicado.

Infração	Descrição	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Não entregar ou não recolher urna eletrônica, por urna.	5
3	Perder urna eletrônica que esteja sob sua responsabilidade, por urna.	5
4	Danificar urna eletrônica que esteja sob sua responsabilidade, por urna.	5
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo justificado, os serviços contratuais (aplicação de multa por ocorrência).	5
6	Não cumprir o prazo de entrega e recolhimento das urnas.	4
7	Recusar-se a executar os serviços determinados pela fiscalização, por serviço.	4
8	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar de Órgão fiscalizador.	4

9	Utilizar veículo em desacordo com o item 9.30. deste Termo de Referência.	3
10	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço (aplicação de multa por funcionário/dia).	3
11	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados (aplicação de multa por funcionário).	3
12	Danificar caixa de urna, por urna.	2
13	Responder, em prazo superior a 24 horas, os questionamentos realizados por e-mail ou aplicativo de mensagens instantâneas para esclarecer dúvidas suscitadas pelo Contratante.	2
14	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo Contratante.	2
15	Deixar de encaminhar, quando exigida, documentação que o Contratante necessite para efetuar o pagamento pelos serviços prestados.	1
16	Substituir o preposto sem notificar o Contratante.	1

Tabela 2: condutas e grau de infração correspondente.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.

158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º/08/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13/04/2022.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento na ação pleitos eleitorais 2026 do TRE/RN.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO CORREIA DE CASTRO

Integrante da equipe de planejamento da contratação - SETRAN



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 11:31:17.

EDUARDO CARDOSO DOS SANTOS

Integrante da equipe de planejamento da contratação - SETRAN